

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO  
CURU / CBH – CURU.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7 Aos 07 de fevereiro de 2003, Dra. Regina - Secretária Executiva do CBH-Curu, iniciou os trabalhos  
8 distribuindo as minutas do projeto de lei da pesca do meio ambiente falando que não tinha aberto pelo  
9 tempo avançado, passou a palavra para o presidente do comitê que deu boas-vindas a todos os  
10 membros do CBH, ela interferiu falou que quem ia coordenar a reunião era o presidente do CBH  
11 CURU. Sr. Mazim Oliveira, iniciou falando da primeira reunião deste ano, falou da pauta da reunião,  
12 que estava em mãos de todos os membros, também falou que todos os membros são autoridades em  
13 seguida chamou o Dr. Alexandre, o jurista, ele vai apresentar a proposta da lei de pesca e dos recursos  
14 hídricos do estado do Ceará, e findou apresentando a pauta da reunião em seguida ainda falou do  
15 nosso comitê, foi uma reunião que fizemos na AABB com a comissão e foi indicado dois  
16 representantes da comissão que são eles, Severino e Wagner, eles serão os nossos representantes para  
17 trazer informações. Ele falou que pode haver uma possibilidade para nós participarmos da reunião  
18 em Aracajú falou dos preços dos ônibus, e quem quiser ir, e logo se arrumado, tem que indicar uma  
19 pessoas que possa representar o comitê no Eixão, falou que esta pessoa não pode ser o presidente,  
20 tem que ser escolhido outra pessoa, falou dos sonhos que tem o comitê, um deles é o curso de  
21 capacitação para o comitê, ele disse quem somos nós? Nós usamos, nos mandam fazer ou não  
22 conhecemos geralmente nós, qual o nosso porte financeiro? Para a gente se valorizar? Então tem estas  
23 perguntas, nós temos que ter nossas próprias decisões para isto nós temos 15 municípios com  
24 representações, esse curso vai ser articulado com a gerência da COGERH, SRH, e Prefeituras,  
25 encerrou falando do calendário e por fim estas foram suas informações. Chamou a Dra. Vânia para  
26 algumas informações, iniciou dando bom dia, falou que ia da dois informes e um esclarecimento,  
27 primeiro é sobre o fórum nacional do comitê de bacias, que se reuniu em Aracajú, que foi discutido  
28 na reunião duas questões que são de atribuição do fórum e as questões foram a retirada da vaga do  
29 comitê de bacias no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em função disso foi feito um  
30 documento único padrão que foi passado para 88 comitês de bacias, um fax solicitando a ministra a  
31 vaga no Conselho Nacional, também, informou que dia 23 de março haverá a renovação do Conselho  
32 Nacional, que também o representante deste Conselho mora em São Paulo, que na próxima plenária  
33 ele estará presente, será em junho. Em fevereiro às 17:00hs, com a direção de todos os comitês e a  
34 comissão do Pró-comitê do Acaraú, e com o Secretário do Comitê de Recursos Hídricos, dia 19 com  
35 a presidente da COGERH e por fim essa reunião é resultado de dois dias de reunião de todos os

36 comitês em seguida falou o Sr. Calila revisando os projetos e pediu a Dra. Vânia que explicasse o que  
37 era PGE, ela respondeu que estava na Assembléia para ser discutida, ele comentou que os comitês  
38 deveriam ter uma participação maior, nesta duas propostas e sugeriu que trouxesse a discussão para  
39 o seu comitê, que tivesse uma articulação junto com os deputados, o Sr. Bira explicou como chegará  
40 a este momento e o tempo era muito pouco, também falou da posição do comitê que vai avaliar no  
41 que pode intervir, explicou que não houve participação da sociedade na elaboração da minuta da lei,  
42 fez um relato da história dessa minuta, em que foi formada um grupo de trabalho, este próprio grupo  
43 de trabalho foi surpreendido quando soube que a SRH, tinha contratado um consultor para elaboração  
44 da lei e encaminhou para a Assembléia que agora surgiu esta oportunidade dos comitê realizar  
45 intervenções nesta proposta de lei, Dra. Vânia reafirmou que tinha dito pelo Bira, e colocou para o  
46 comitê e preparar para realizar uma discussão maior da lei na preparação da minuta da lei. Dr.  
47 Alexandre colocou o histórico da lei em que afirma que existia apesar de também ter pego de surpresa,  
48 ficando de apresentar os tópicos principal da proposta da lei de recursos hídricos e de pesca, visto o  
49 tempo para uma apresentação mais detalhada e que vai ficar anotada as sugestões dos participantes  
50 que numa reunião marcada para posterior as 19 e 20 de fevereiro, inclui as propostas de lei, o Dr.  
51 Alexandre ainda que tem que deixar claro que sido bastante proveitoso fazer a rodada de discussões  
52 com o comitê falou da proposta que tem de ser apresentada e que o tempo é muito pouco e deu início  
53 a discussão da reunião. Começou falando do que estava escrito no quadro sobre a lei, que é uma lei  
54 nova, e vai falar nos principais pontos, dela, o que chama mais atenção, a sua forma de escrever e na  
55 nova em aspecto, nova foram incorporados, artigos I, II, III, que está na lei anterior, fala das diretrizes,  
56 fala do projeto novo no artigo II, III, que foram resumidos, ela é mais objetiva porque ela não traz  
57 nomes, e muitos delas atrapalham, ainda explicou para o grupo e fez a comparação da lei em vigor  
58 na prática só tem dois instrumentos que é a Cobrança e Outorga, explicou na lei nova do Fundo  
59 Estadual de Recursos Hídricos e quem tem a Outorga não pode transferir para outra pessoa e a nova  
60 lei, a Outorga e a nova lei, a Outorga só pode ser transferido para terceiro, se manter as mesmas  
61 características do anterior e fazendo transferência em cartório, o Calila comentou se a nova lei e  
62 diretriz pode ser passada para terceiros, respondeu que a água é do estado, que jamais poderia ser  
63 dono da água apenas um meio mais fácil de ter o direito ao uso da água, Sr. Bira comentou, seguindo  
64 o raciocínio do Calila não pegando em exemplos a lei e transferível, tudo é possível que possa  
65 transferir uma propriedade para outra, se a lei é transferível e não diz mais nada, então fica uma  
66 possibilidade de transferência, Dr. Alexandre explicou mais uma vez, para Calila e os membros do  
67 comitê a diferença no mercado de água e que lá podem vender e aqui não pode ser feito, isso tem que  
68 passar pelo órgão, ela pode ser dada a autorização ou não, ele diz que a outorga não da direito de água  
69 para ninguém porque em situação de escassez a lei pode ser revogada, já que a prioridade é o  
70 abastecimento humano, para liberar água é obrigatoriamente ela tem que passar pelo estado, ou torga

71 hoje é uma força muito grande de recursos perante as instituições financeiras, porque ela exige a  
72 outorga, porque ela com a autorização do banco libera recursos, citou como exemplo a licença previa  
73 da SEMACE, falou de outra novidade que a secretaria via dar publicidade ao pedido de outorga para  
74 os usuários possam saber que houve um pedido de outorga da bacia, o Calila perguntou se já era  
75 momento de fazer as propostas de participação no processo de outorga, porque o comitê queria  
76 participar, o Sr. Alexandre respondeu, a Outorga dado pelo Estado, porque o estado diferido do  
77 domínio daquela água, neste aspecto que é compatível é a secretaria, e ainda explicou que no seu  
78 modo de entender não pode haver uma participação direta do comitê no deferimento e no  
79 indeferimento. O comitê tem funcionar como órgão fiscalizador vai ter a oportunidade de si dirigir a  
80 secretaria, apresentando a sua razão pelas quais se deve ou não si deferido aquele partido, o Sr. Calila  
81 falou e cobrou uma participação do comitê nem que seja para ouvir as propostas do comitê depois  
82 desta publicação, o Sr. Alexandre explicou que para o particular tudo não tá proibido é permitido e  
83 para o público só vale aquilo que é permitido, ele entendeu que os comitês tem que participar como  
84 fica as situações, já que alguns são federais e outros estaduais, ainda perguntou si está lembrada a  
85 questão dos perímetros irrigados nesta lei. O Sr. Alexandre explicou que o perímetro irrigado deve  
86 ser submetido a outorga assim como as indústrias. A Dra. Vânia interferiu dizendo que os perímetros  
87 irrigados são concebidos pelo governo e diferente do particular, depois eu ele é encarado como  
88 particular, os perímetros não devem ser considerados como uma propriedade em comum. Dr.  
89 Alexandre falou que esse é um instrumento de controle dessas questão, o Sr. Calila falou que  
90 detalhadamente da lei não chega que são critérios que o órgão no caso que a Secretaria de SRH usa  
91 prioriza as outorgas, ainda pergunta quem é que tem direito os que direito os perímetros ou essa  
92 pessoa que chega depois. Dr. Alexandre reiniciou os trabalhos falando sobre as leis de pesca e  
93 aquicultura, elas estão divididas em duas partes, e que é uma coisa totalmente nova, elas priorizam  
94 várias condições de pesca, e na parte de aquicultura trouxe uma preocupação com os empreendedores,  
95 o título da lei e política de proteção a fauna e a flora aquática, desenvolvimento da pesca continental  
96 no estado do Ceará, e finalizou falando sobre as leis que rege o regimento da piscicultura e a  
97 aquicultura, também ficou registrada explicação do projeto amplamente, tanto das leis como das  
98 fiscalizações destes projetos. Dr. Humberto contestou sobre a lei da pesca e citou como exemplo o  
99 projeto do Caxitoré, que foi registrado no Ministério da Agricultura e não na Secretaria de Recursos  
100 Hídricos e deixou bem claro que não sabe como ficará depois desta lei, Sr. Wagner explicou que a lei  
101 de pesca vai complicar a vida de pescadores que pescam em açudes públicos federais, já que o registro  
102 só garante os açudes estaduais, Dr. Alexandre respondeu ao Dr. Humberto e ao Dr. Wagner que no  
103 momento o que existe é a lei federal, mas acredita que com a aprovação da nova lei estes poderes  
104 serão repassados os estados para fazer convênios com órgãos federais. Benedito comentou sobre as  
105 fiscalizações feita pelo Ibama já que estas fiscalizações só existem muita burocracia, e citou que só

106 viu fiscalização quanto DNOCS fiscalizavam. Dr. Alexandre falou sobre os convênios, que as  
107 fiscalizações si deram com os seus órgãos competentes. Sr. Pedro do DNOCS comentou sobre a  
108 porcentagem que é dada para as associações dos açudes públicos, e falou que estas experiências do  
109 DNOCS já tinha tentado passar no passado, também relatou sobre as fiscalizações que o DNOCS  
110 faziam e foi retirada o poder do DNOCS e ainda falou de tecnologia da criação de peixe em gaiolas,  
111 que manda que você use 1.000 (mil) peixes por gaiolas de 4m<sup>2</sup> e as pessoas descomprima a lei para  
112 colocar até 2.000 (mil) peixe e isso causa um desequilíbrio nos açudes, citou que a definição de área  
113 não resolve os problemas, no final citou suas experiências técnicas. Dr. Alexandre lembrou que já  
114 tinha explicado pela manhã sobre essas leis que ela foi feita por técnicos, mesmo você tendo direito  
115 a 1% da área quem vai fazer acompanhamento e a liberação e a SRH da implantação desse projeto.  
116 No final ele falou que este problema de colocar 2 mil peixes no tanque é uma questão de fiscalização.  
117 Sr. Wagner falou que esta lei depois de aprovada vai depender muito dos convênios como IBAMA e  
118 DNOCS e faz uma crítica por não ter sido convidado IBAMA e DNOCS para a elaboração deste  
119 projeto houve participação só do estado. Sr. Alexandre respondeu que começou este projeto dentro  
120 do DNOCS já pegou experiência que o DNOCS já tinha adquirido. Sr. Mazin parabenizou pelo  
121 discurso do projeto e também achou um erro o IBAMA não ter sido convidado e no final fez duas  
122 perguntas, 1ª pergunta reservou alguma instituição para o destino do pescador? 2ª pergunta onde serão  
123 julgados os casos de infração? Qual o fórum? Dr. Alexandre respondeu a 1ª, não diz na lei onde vai  
124 ser destinado o pescado apreendido, hoje o destino é a SEMACE. 2ª resposta e que julgamento é feito  
125 na SDR em Fortaleza. Sr. Calila ressaltou que o comentário do Wagner: Dizendo que nem o IBAMA  
126 nem o DNOCS na realidade não tinha sido convidado, sendo assim nem o comitê participar. Ouve  
127 uma reunião na qual o Sr. Alexandre apresentou a proposta, mas já estava feita. Porém deve-se  
128 ressaltar que o IBAMA e o DNOCS têm cadeiras em todos os comitês. E ainda falou que o comitê  
129 tem espaço para esta discussão. Em seguida Dr. Humberto Osório falou que, o projeto de pesca tem  
130 que ser bem discutido e perguntou se o projeto já está na assembléia, e se pode fazer algum ajuste.  
131 Em seguida, o Dr. Alexandre respondeu que o momento é de mudança, e que essa é a hora de fazer  
132 algum reajuste na proposta; e falou alguma discussão 19 e 20, para estudar e fazer alguma coisa. Sr.  
133 Pedro do DNOCS, fez um questionamento do parágrafo 1º, artigo 31 falar das brechas da lei citou  
134 por exemplo a criação de pequenos empresários, na realidade ela não vai ter esse direito porque deve  
135 ser uma associação de pescadores, o direito porque deve ser uma associação de pescadores, o direito  
136 está reservado as associações e isso prejudica o investimento na área. Dr. Alexandre explicou que  
137 seria injusto que só empresários pudessem implantar projetos, e para ser justo metade área seria para  
138 empresários e a outra para pescadores. Sr. Calila falou que a comunidade deve se preocupar com os  
139 programas, mas que deveria ser colocada na lei que, entidades estaduais e federais pudessem usar  
140 uma área dos reservatórios para experiências sendo que não prejudique o meio ambiente. E falou

141 também das espécies trazidas de outras regiões, o caso da tilápia que hoje é uma fonte de renda. Dr.  
142 Alexandre explicou que 90% das espécies nativas foram trazidas pelo DNOCS. Ele comentou que, o  
143 que se considera nativa da data da lei para frente ou se considera exótica pode ser trazida, porém  
144 autorizada. Continuou falando do zoneamento de pesca e que vai dizer a capacidade do corpo hídrico  
145 e que nesse corpo hídrico deverão ser implantada áreas de restrições para povoamento. Sr. Calila  
146 registrou a proposta que o zoneamento tenha o envolvimento do comitê, e não só por órgãos técnicos  
147 ligados ao sistema. Em seguida Sr. Pedro relatou sobre o artigo 43, que falou das espécies exóticas,  
148 que dizer que, se você introduzir uma espécie exótica vai causar danos ao meio ambiente, contanto  
149 que exista um estudo e uma autorização. No final comentou o artigo 42. Sr. Calila ainda comentou as  
150 deficiências das fiscalizações, e falou que quem tem que monitorar a qualidade da água em açudes  
151 públicos ou privados é o estado, por qualquer um dos órgãos competentes. Em seguida Dr. Alexandre  
152 perguntou para o plenário se existia alguma pergunta. O Dr. Mazim tomou a palavra e agradeceu a  
153 presença de todos e enalteceu que as discussões foram válidas para o comitê e que contribuiu para  
154 ampliar e melhorar as leis de recursos hídricos e da pesca, e ainda citou que temos muitas questões a  
155 discutir por exemplo: a nossa dependência dos órgãos estaduais e municipais, e finalizou em Aracajú  
156 dias 23, 24 e 25 de junho. E nada mais havendo, eu Benedito Sales Sobrinho que secretariei esta  
157 reunião e lavrei a seguinte ata que foi lida e aprovada por todo comitê.

158 .....  
159 .....  
160 .....  
161 .....  
162 .....  
163 .....  
164 .....  
165 .....  
166 .....  
167 .....  
168 .....